



remaea

O emprego da História para edificação de possibilidades teórico- metodológicas ao campo ambiental

Bread Soares Estevam¹

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2121-1435>

Washington Luiz dos Santos Ferreira²

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3377-024X>

André Luis C. de Freitas³

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4566-3655>

Resumo: Este trabalho objetiva analisar como emergiu a História Ambiental, como resultado de um processo de busca por novos paradigmas visando superar a crise ecológica configurada a partir de 1970. Não obstante, trate-se de distintas perspectivas políticas e/ou teórico-metodológicas do conhecimento, cujos olhares são lançados, respectivamente, dos campos de pesquisa educacional e historiográfico, seus princípios e fundamentos interconectam-se e complementam-se no espaço dos estudos interdisciplinares relacionados com o ambiente. Neste sentido, entende-se que a História Ambiental, em diálogo com a Educação Ambiental, poderá ser utilizada para sensibilizar e contribuir com a construção de uma nova consciência ecológica política.
Palavras-chave: educação, história, campo ambiental.

The use of History to building theoretical-methodological possibilities to the environmental field

Abstract: This work aims to analyze how Environmental History emerged, as a result of a search process for new paradigms aimed at overcoming the ecological crisis configured from 1970 onwards. knowledge, whose eyes are launched, respectively, from the fields of educational and historiographical research, its principles and foundations interconnect and complement each other in the space of interdisciplinary studies related to the environment. In this sense, it is understood that Environmental History, in dialogue with Environmental Education, can be used to raise awareness and contribute to the construction of a new political ecological awareness.

Keywords: education, history, environmental field.

1 Professor, Historiador e Pedagogo, Doutor em Educação Ambiental. E-mail: breadestevam@furg.br

2 Oceanógrafo, Doutor em Educação Ambiental. E-mail: chingksw@gmail.com

3 Professor do PPGEA / FURG, Mestre e Doutor em Educação. E-mail: dmtalcf@furg.br

El uso de la Historia para la construcción de posibilidades teórico-metodológicas en el campo ambiental

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar cómo surgió la Historia Ambiental, como resultado de un proceso de búsqueda de nuevos paradigmas encaminados a la superación de la crisis ecológica configurada a partir de 1970. conocimiento, cuyas miradas se lanzan, respectivamente, desde los campos de la investigación educativa y la historiográfica, sus principios y fundamentos se interconectan y complementan en el espacio de estudios interdisciplinarios relacionados con el medio ambiente. En ese sentido, se entiende que la Historia Ambiental, en diálogo con la Educación Ambiental, puede ser utilizada para sensibilizar y contribuir a la construcción de una nueva conciencia ecológica política.

Palabras clave: educación, historia, campo ambiental.

Considerações Iniciais

Para Loureiro (2006), a categoria ambiental foi desenvolvida a partir dos anos 1970, tal que se refere à relação entre sociedades humanas e natureza, espacial e historicamente localizadas, não podendo ser confundida com a visão clássica das ciências naturais e das perspectivas tecnocráticas, que excluía a dinâmica social deste processo de compreensão. Em vista disso, desde o momento em que se constitui como a categoria central de um movimento histórico de rediscussão da sociedade, da natureza e da vida em seus significados mais profundos, influenciando também a educação na conformação do que se designa por Educação Ambiental.

Neste sentido, este artigo se estrutura da seguinte maneira: no primeiro item, analisaremos o contexto no qual se desencadeou uma intensa crise ambiental, em fins dos anos 1960 e inícios da década de 70, abrindo possibilidades para a emergência de pesquisas de caráter multi e interdisciplinares relacionadas com as questões ambientais que se colocavam naquele momento; no segundo e terceiro itens, explicitaremos o processo no qual ocorreu a emergência do campo de estudos denominado de História Ambiental, discutindo seus principais fundamentos teóricos e metodológicos. Por fim, abordaremos os diálogos e entrecruzamentos possíveis entre a história e a educação no campo dos estudos ambientais, assim como as contribuições para a construção de novas posturas, no que diz respeito à relação do ser humano com a natureza.

Com base nas discussões levantadas, consideramos que ambas as vertentes podem contribuir para a construção de novos comportamentos e atitudes, no que diz respeito à forma de relacionamento do ser humano com a natureza.

Para Prado (2005), com o advento da cultura moderna no século XV e a consolidação do modo de vida capitalista nos séculos XVIII e XIX, por meio de suas várias formas, desde o capitalismo comercial, sob a política econômica do mercantilismo e/ou liberalismo, até o atual capitalismo industrial, sob a política econômica estatal-desenvolvimentista e/ou neoliberal, acentuaram-se as ações de transformação da natureza.

O século XX, um dos mais agitados e intensos da história humana, teve um marco referencial que foi o ano de 1968. Este emblemático ano é considerado um marco histórico da ascensão dos “novos movimentos sociais” (NMS), a qual desencadeou diversas manifestações e propostas de transformação de arraigados valores políticos e socioculturais. Dentre as manifestações que ocorreram na Europa, destacam-se o Maio de 1968 (na França) e a Primavera de Praga (na antiga Tchecoslováquia), os quais representaram importantes marcos para a construção de uma nova ordem cultural. A juventude buscava uma utopia libertária e a realidade da sociedade moderna e capitalista dominante era sua antítese.

Os movimentos contraculturais tinham referências similares às do emergente movimento ecológico. Ambos eram anti-industriais, anticonsumistas e criticavam amplamente a racionalidade de uma sociedade que utilizava a ciência e a tecnologia, para desenvolver e produzir armas de destruição em massa e pesticidas, que causavam impactos ambientais. Desta forma, o movimento ecológico político influenciou os movimentos contraculturais e os *hippies*, que tiveram na moral ambientalista suas referências, argumentando sobre os benefícios do retorno às áreas de natureza preservada. Neste sentido, para Pereira (2008), a industrialização e o crescimento econômico desencadearam a frustração com os governos e a crença de que somente a ação direta poderia, realmente, chamar a atenção para questões importantes, não consideradas pela classe e poder político-econômico dominante.

Nesse contexto histórico, marcado pelo questionamento das - até então - sólidas estruturas sociais, políticas e culturais, ocorreu o surgimento do movimento político ambientalista, e no ambiente acadêmico, a Educação Ambiental e a História Ambiental. Ao

lado de outras vertentes do conhecimento voltadas para o estudo das inter-relações entre o ser humano e a natureza, ambas as áreas surgiram com a proposta de contribuir para responder ao desafio de construção de novos paradigmas de pensamento e de práticas das sociedades em relação ao mundo natural.

A incidência e os fundamentos da História Ambiental para edificação de novos paradigmas teórico-metodológicos

Atualmente, uma área que tem ocupado significativo espaço nas escolas e universidades brasileiras é a História Ambiental. Os profissionais de História, já, há algum tempo, vêm sendo convidados a ampliarem o seu campo de estudo e possibilidades de análise, por meio da abordagem dos temas ambientais, cujos desafios têm despertado grande interesse na contemporaneidade (GERHART & NODARI, 2010, p. 57). De acordo com José Augusto Pádua (2010, p. 81):

[...] a História Ambiental, como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países, começou a estruturar-se no início da década de 1970. A primeira sociedade científica voltada para esse tipo de investigação, a *American Society for Environmental History*, foi criada em 1977. A publicação de análises substancialmente histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX.

A História Ambiental surgiu da necessidade de uma politização da pesquisa histórica frente às crises provocadas pelo modelo de sociedade industrial e capitalista. Tal postura relaciona-se com as ideias de Lucien Febvre e outros historiadores da conhecida revista francesa dos *Annales*, quando afirmam que o historiador não está isolado do seu contexto e frequentemente estuda o “tempo pretérito”, baseado nas principais questões e dilemas que emergem no presente (PÁDUA, 2010, p. 81). Direta ou indiretamente, é evidente que o debate público vem incitando os historiadores a tomar seu lugar no campo ambiental.

[...] a questão preliminar, ao oferecer uma **teoria da história do homem e do mundo no homem**, instrumentaliza-nos para analisar o problema da **relação natureza/cultura**. Este é um problema de fundo nas análises que Vygotsky faz das funções elementares ou naturais e das funções superiores ou culturais e da sua articulação na unidade da pessoa [...]. **A história do homem é a história dessa transformação**, a qual **traduz a passagem da ordem da natureza à ordem da cultura**. Ao colocar a questão da relação

entre funções elementares ou biológicas e funções superiores ou culturais, Vygotsky não está seguindo, como o fazem outros autores, a via do dualismo. Muito pelo contrário, ele está propondo a via da sua superação (SIRGADO, 2000; p. 51; grifos nossos).

Conforme José Augusto Pádua (2010, p. 82), em 1974, na apresentação do número especial sobre História e Ambiente da revista *Annales*, o editor Emmanuel Le Roy Ladurie (1974, p. 537) fez questão de afirmar que não estava cedendo “aos imperativos de uma moda”, pois “desde longo tempo” a revista havia escolhido “se interessar pelos problemas de uma história ecológica”. Ao afirmar a proposta de se ocupar do ambiente para “isolar os verdadeiros problemas e recusar as facilidades de um discurso vulgarizador”, no entanto, ficava evidente o contraponto com o debate público e a presença subjacente dos “problemas ambientais”.

Em vista deste processo, a ascensão de um ambientalismo interdisciplinar e intersetorial a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, representou um dos fenômenos histórico-ambientais mais significativos da história contemporânea. Ele pode ser considerado como um movimento histórico, mais do que um movimento social, que repercutiu os diferentes campos do saber.

A orientação central do processo histórico do surgimento do ambientalismo, da História Ambiental e da Educação Ambiental é decorrente do campo da “ecologia” na década de 1970. Essa ideia transpôs e rompeu os meios acadêmicos e inspirou os comportamentos sociais, as ações coletivas e as políticas públicas, do local ao global. A ideia de “ecologia” adquiriu forte inserção na educação, nos meios de comunicação, no imaginário coletivo e em diversos aspectos da arte e da cultura.

O movimento ambientalista, legatário do ecologismo, provocou mudanças significativas, tanto na área da Educação, quanto na área da História. Em decorrência da crise com o modelo de relação com a natureza por parte da sociedade moderna e industrial, o adjetivo “ambiental” se constituiu como eixo transversal a buscar a colaboração dos diversos campos do conhecimento, que inauguraram um movimento histórico sem precedentes, para contribuir na busca de respostas sobre o novo paradigma que se delineava. Neste caso, o adjetivo “ambiental” anexado ao vocábulo “História”, vêm

constituindo-se, desde os anos 1970, como um novo campo de possibilidades teóricas e metodológicas.

De acordo com Jose Augusto Pádua (2010, p. 82):

[...] o avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica desse campo cultural complexo.

Nesse sentido, a partir dos anos 70, a grande novidade estava “na difusão desse tipo de debate para uma parcela muito mais ampla da esfera pública. Os saberes acadêmicos foram desafiados e estimulados por tal movimento” (PÁDUA, 2010, p. 82). Não é por acaso que nos últimos anos foram organizadas algumas linhas, laboratórios e grupos de ensino e pesquisa, tendo como foco o campo ambiental. Ainda para Pádua (2010, p. 82), “Estabeleceu-se um movimento de mão dupla, em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas”.

De acordo com Ribeiro (2005), as interações entre o ser humano e o ambiente, estabelecidas em determinada configuração histórica-ambiental, constituíram-se como necessariamente plurais e, em grande parte, contraditórias. Isso porque as sociedades e as naturezas variam no espaço e no tempo e, por isso, as relações entre ambas também tendem a ser múltiplas e plurais.

O processo histórico em que as sociedades humanas construíram seus ambientes, mediante a interação e relação com espaços concretos do planeta, fez surgir formas diversas de práticas sociais e percepções culturais, estabelecendo diferentes paradigmas e ideias de natureza. “A produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social” (PÁDUA, 2010, p. 83).

Nesse sentido, é em torno desta pluralidade de percepções e formas de relacionamento das sociedades com as naturezas que os historiadores ambientais se debatem e buscam construir análises, que contribuam para a construção de formas menos predatórias de apropriação dos recursos naturais.

[...] as funções biológicas não desaparecem com a emergência das culturais, mas adquirem uma nova forma de existência: elas são incorporadas na

história humana. **Afirmar que o desenvolvimento humano é cultural equivale portanto a dizer que é histórico**, ou seja, traduz o longo processo de transformação que o homem opera na natureza e nele mesmo, como parte dessa natureza. **Isso faz do homem o artífice de si mesmo** (SIRGADO, 2000; p. 51; grifos nossos).

Uma contribuição importante ao campo de estudos da História Ambiental parte de Simon Schama (1996), na crítica aos historiadores ambientais dos Estados Unidos. O autor demonstra que durante muito tempo os mesmos se detiveram ao estudo somente das práticas humanas de destruição da Natureza, assinalando a necessidade de considerarmos que, ao longo da história, estabeleceram-se práticas culturais múltiplas de interação do homem com a Natureza, que não consistiram apenas em devastá-la.

Dessa forma, estudando a relação entre um conjunto de paisagens de diferentes momentos da história europeia, representadas em diversas obras artísticas, Schama (1996, p. 17) demonstra como elas são produto da conceituação e elaboração cultural e transportam toda a carga da história e “a pesada bagagem cultural que carregamos”. A Natureza e a percepção humana são indissociáveis.

A crítica apresentada por Simon Schama oferece contribuições, tanto à História Ambiental, quanto ao campo da Educação Ambiental; ele chama a atenção para a necessidade de se abordar as problemáticas ambientais no ensino e na pesquisa, com base, não sob o enfoque das catástrofes, mas da urgência de se adotar novas posturas de relacionamento do ser humano com o mundo natural físico, capazes de propiciar a preservação e a salvação do patrimônio que ainda resta às presentes gerações.

O contexto de emergência da história ambiental foi a segunda metade do século XX. Esse movimento consolidou-se para além da ciência que visa o diagnóstico de problemas ambientais. Veio a incorporar transformações no pensamento humano e nas percepções sobre a relação sociedade e natureza no ambiente.

A história ambiental nasceu de um contexto, no qual a preocupação com o ambiente e sua perpetuação foram marcas de um movimento universal de pensamentos e lutas. Por isso, ambientalismo, educação ambiental e história ambiental emergiram no mesmo contexto. Segundo José Augusto Pádua (2010, p. 90):

[...] o século XX, porém, testemunhou o aparecimento de novas formulações teóricas, ainda mais surpreendentes, que contribuíram para consolidar a

ideia da irreversibilidade e da seta do tempo, poder-se-ia mesmo dizer “da história”, como um componente fundamental no entendimento da Natureza. Um marco radical nesse sentido está na visão muito recente, formulada como mais propriedade a partir da firmeza e solidez da natureza – se manifesta mediante um processo de expansão e transformação permanente.

A História Ambiental, atualmente, ao estabelecer um diálogo com as ciências da natureza, se estabelece como um campo teórico diferente do que retroalimentou concepções deterministas do passado. Ao adquirir maior sofisticação teórica, as ciências naturais calcaram-se em finas metodologias ecológicas abertas e interativas, o que permitiu, nesse sentido, a emergência deste campo interdisciplinar.

De acordo com Arruda (2008, p. 156), a principal tarefa da História Ambiental consiste em buscar as permanências e mudanças significativas ocorridas nas intervenções da sociedade sobre o meio físico, estratégia que nos permite compreender o significado da Natureza na história humana.

Para os historiadores, de um modo geral, o conceito fundamental e orientador de qualquer análise histórica é a categoria Tempo. Esse conceito é primordial para a identidade de uma análise histórica, seja ela qual for. Segundo Drummond (1991, p. 177), “em especial, o tempo é um crucial fio condutor das mudanças e continuidades que lhe propiciaram os seus objetos de estudo, quando não os seus conceitos. Lidar com o tempo, por isso, é um instrumento básico de seu ofício”.

Igualmente, Drummond argumentou que o tempo das sociedades e culturas da humanidade está contido num tempo geológico ou natural. O autor enfatiza que, esse tempo não pode ser ignorado pelas ciências sociais. De acordo com o mesmo autor, “a questão do tempo não é banal para iniciar um artigo sobre história ambiental. Afinal, as ciências sociais ficaram à margem dessas novas dimensões de tempo geológico” (Drummond, 1991, p. 177).

As sociedades humanas foram categorizadas e analisadas, principalmente, a sociedade moderna, obedecendo apenas à referência do tempo cultural de alguns milênios. “Para os clássicos das ciências sociais e humanas, as sociedades humanas estavam, portanto, fora ou acima da história natural, ou do “tempo geológico” adotado a duras penas no estudo dos fatores vivos e mortos na natureza” (DRUMMOND, 1991, p: 179).

A história ambiental praticada, atualmente, resultou de um projeto “reformista” de alguns historiadores de países como os Estados Unidos da América, França e Inglaterra. “É uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios dos dois tempos, o geológico (ou natural) e o social” (DRUMMOND, 1991, p. 180). Ainda citando Pádua (2010, p. 94):

[...] é neste contexto que a história ambiental, como bem afirmou Donald Worster (1991, p. 199), deve ser vista, não como uma redução, e sim como uma ampliação da análise histórica. Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica.

A história ambiental é, em resumo, para Donald Worster (1991, p. 198) “parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido”. Ainda conforme aquele autor (1991, p. 199):

[...] acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie “supranatural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo [...]; por desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes.

Tomando por base as sugestões metodológicas de Donald Worster (1991, p. 5), compartilhamos da ideia de que há três níveis de questões que a história ambiental enfrenta: o primeiro trata do entendimento da Natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado.

O segundo nível introduz o domínio socioeconômico, na medida em que este interage com a natureza física, preocupando-se com as ferramentas e o aparato técnico disponível, com as relações sociais que brotam do trabalho, com os diversos modos criados pelos povos para produzir bens a partir de recursos naturais.

Por fim, formando uma terceira vertente de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou

intelectual, no qual imaginários, percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a Natureza.

Tecendo considerações às formas metodológicas e analíticas que orientam a construção de um trabalho de história ambiental, José Augusto Drummond elaborou cinco características para laborar naquele campo.

A primeira característica diz respeito a uma análise que centraliza sua pesquisa numa região, com alguma homogeneidade e/ou identidade cultural. Neste contexto, uma das estratégias de significado para a integração da História Ambiental com a Educação Ambiental se refere à adoção da História Oral:

[...] **do ponto de vista da EA parece fundamental que se possibilite a indivíduos** pertencentes a segmentos sociais, geralmente **excluídos da história oficial, voz e escuta**, deixando registrada **para análise futura sua própria visão de mundo e aquela do grupo social a que pertencem** [...]. Este processo de desvelamento **contribui para que as similitudes e as diferenças de um dado grupo social sejam afirmadas**, portanto consolidando-se num **esteio seguro para a afirmação da identidade sociohistórica**; da identidade afirmada pode-se depreender os vestígios de um patrimônio cultural não-material, bem como **a perspectiva do nexo entre sociedade e bens naturais** (RUSCHEINSKY, 2005; p. 144-145; grifos nossos).

Além disso, a utilização de diários pode se constituir em imprescindível processo de reconhecimento de situações marcantes na História Ambiental de toda uma comunidade, através do olhar/escrita de alguns de seus representantes:

[...] **el relato permite la apropiación ya que éste deja a aquél que lo recibe establecer sus propios lazos con la situación y sus reflexiones**, no se impone una lectura sino que un conjunto de posibilidades de las cuáles cada uno puede apropiarse o no [...]. **La confrontación de las experiencias singulares va a alimentar el debate colectivo pero también las interrogaciones más íntimas de cada uno**, pudiendo el testigo adaptar lo que él escucha a su propio cuadro de referencia imaginario (HUBERT, 2009-2010; p. 105; grifos nossos).

A segunda característica que orienta os trabalhos no campo da história ambiental é o diálogo com todas as ciências naturais. Conforme Drummond (1991, p. 181):

[...] esses estudos se afastam da tradição humanista das ciências sociais, inclusive da história regional. Usam textos básicos e avançados de geologia (inclusive solos e hidrologia), geomorfologia, climatologia, meteorologia, biologia vegetal e animal e ecologia (a ciência da interação entre os seres vivos e entre eles e os elementos inertes do ambiente).

Como afirmou Eduardo Viveiros de Castro (2002, p. 320), refletindo sobre a questão da Amazônia,

[...] essas novas imagens da natureza e da sociedade se formam em um contexto histórico, marcado pela sinergia entre abordagens estruturais e históricas, por uma tentativa de superação de modelos explicativos monocausais (naturalistas ou culturalistas), em favor de uma apreensão mais nuançada das relações entre sociedade e natureza. Elas indicam, além disso, a esperança de uma “nova síntese”, que seja capaz de “vir integrar o conhecimento acumulado pelas diversas disciplinas” (PÁDUA, 2010; pp: 92-93; grifos nossos).

Uma terceira possibilidade de atuação dos historiadores ambientais é centrar suas análises na interação entre o quadro de recursos naturais “úteis e inúteis” e os modelos civilizatórios das sociedades humanas. “As ciências naturais contribuem na identificação do conjunto de recursos naturais disponíveis no território de uma sociedade” (DRUMMOND, 1991, p. 181-182). Essa linha de pesquisa aproxima-se do campo da gestão ambiental, no sentido de trazer a possibilidade de fazer o mapeamento dos recursos que podem ser, ou não, utilizados em prol de um desenvolvimento econômico de um país ou região.

[...] nos embates pelos protagonismos da e na História, de forma simplória, **a contribuição da História Ambiental transcende a dualidade seres humanos/natureza para** a construção de um amálgama analítico, que caminhe na direção das demandas sociais sobre **o entendimento da interação entre seres humanos e natureza tanto no passado, quanto no presente** (LOPES, 2010; p. 492-493; grifos nossos).

A quarta característica enunciada por Drummond, dá importância aos historiadores que valorizam as fontes, nosso caso. Fontes pertinentes aos estudos das relações entre sociedade e natureza, nos seus respectivos ambientes. Conforme Drummond (1991, p. 182), podem “ser usadas as fontes tradicionais da história econômica e social, censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas”.

Nessa linha de pesquisa, o historiador encontra-se com fontes já conhecidas, mas utiliza-se do olhar ambiental para analisá-las. De acordo com José Augusto Drummond (1991, p. 183):

[...] os historiadores ambientais usam também memórias, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras, testamentos. Usam descrições de dietas, roupas, moradias, matérias de construção, mobiliários, ferramentas e técnicas produtivas, estudos sobre epidemias e

doenças, projetos e memórias descritivos de obras (estradas, ferrovias, portos), listas de bens comercializados, romances, desenhos, pinturas – tudo enfim que permita ver (a) quais os recursos naturais são locais e quais são importados, (b) como eles são valorizados no cotidiano das sociedades e (c) que tecnologias existem para o seu aproveitamento.

E, por fim, outra característica da história ambiental é o trabalho de campo. Nessa linha de pesquisa, os historiadores vão a campo pesquisar e observar as paisagens naturais, flora, fauna, clima, ecologia, marcas rurais e urbanas que a cultura humana deixa nesses locais. “Evidentemente podem aproveitar para explorar fontes locais: entrevistar moradores antigos, consultar arquivos e cientistas que trabalham na região” (DRUMMOND, 1991, p. 183).

Além destas cinco características, entendemos que também se faz necessário que os pesquisadores atuantes na História Ambiental adotem um claro posicionamento:

[...] o que é importante na conexão com os desafios e as perspectivas futuras na história ambiental internacional é que essas críticas nos lembram que **é importante considerar porque escrevemos história ambiental** (ou qualquer outra) — escrever só por escrever não é um objetivo suficiente. **Os historiadores precisam de se comprometer com o seu tópico: noutras palavras, valores e ideologias devem ser envolvidos, como já foram** — acredito eu — **mais evidentes quando o campo surgiu na década de 1960** [...]. **Não seria demais descrevê-lo aqui como “história eco-social” do que como história relativa ao “ambientalismo.”** Assim, as lacunas teóricas que muitas vezes são levantadas como uma crítica contra a história ambiental aplicam-se menos à África do que aos estudos noutros lugares (CARRUTHERS, 2011; p. 72; grifos nossos).

Sob a perspectiva da Educação Ambiental, a relação entre história e ambiente é ainda recente. A questão ambiental em educação e história pode ser compreendida, aqui, “como uma série de obstáculos culturais e materiais e de riscos concretos que se erguem diante da qualidade da vida humana, e como um processo de extinção de espécies da fauna e da flora, que contém inúmeras implicações de ordem socioeconômica” (MARTINEZ, 2006, p. 11). De acordo com Paulo Henrique Martinez (2006, p. 11):

[...] os últimos cinquenta anos foram marcados por profundas mudanças nas relações sociais e, logo, nas formas de interação da sociedade humana com o mundo natural. Fenômenos como a contaminação do ar, das águas e dos solos, catástrofes naturais, doenças desconhecidas até pouco tempo, alterações no clima e nas paisagens, ameaças à biodiversidade, tornaram-se crescentes e desencadearam efeitos sobre a vida humana, para os quais são buscadas alternativas nos dias que correm.

Neste sentido, a categoria ambiental ingressou nas agendas de discussão da economia, da política, da ciência, da filosofia, da educação e, conseqüentemente, da história. No despontar do século XXI, verificou-se uma crescente demanda social pelos conhecimentos provindos do campo dos estudos históricos, particularmente, pela História Ambiental. Desta forma, para Martinez (2006, p. 21), duas categorias despontam no cenário historiográfico: tempo e natureza.

Sendo a área dos estudos ambientais, eminentemente, interdisciplinar, diversas possibilidades de diálogos e aproximações entre a História e a Educação tornam-se possíveis no interior deste campo, situando espaços de intersecção e inter-relação entre ambas os campos e/ou áreas. Com relação a essa afirmativa, Martinez (2006, p. 21) afirma que “[...] a História possui uma vasta experiência de diálogo e de trabalho interdisciplinar, que facilita suas aproximações no estudo das relações do ser humano com a natureza no passado”.

[...] no âmbito do Paradigma da Complexidade, compreender o mundo significa compreender duas coisas: as transformações e a relação entre o todo e suas partes. **A complexidade** não é somente o enfoque que nos conduz a pensar o uno e o múltiplo conjuntamente, senão que **supõe também integrar conceitual e metodologicamente o certo e o incerto, aquilo que aparece como lógico e o contraditório**. Propõe, em definitivo, a necessidade de considerar a noção de ordem e desordem, de azar e necessidade, em suas características, às vezes antagonistas e complementares (SANTOS, 2012; p. 165; grifos nossos).

Tal alargamento das fronteiras disciplinares da história, e, a possibilidade da interdisciplinaridade e transversalidade, tornou-se possível, a partir da inauguração da vertente dos estudos histórico-ambientais. Como resultado, os temas pesquisados pela História Ambiental possuem o potencial de ampliar e enriquecer a Educação Ambiental formal e não formal, por meio da contribuição às mudanças no pensamento social e histórico em relação ao mundo natural físico, tendo como principais premissas situar e problematizar os assuntos ambientais no espaço e tempo.

Sendo assim, a natureza é concebida como parte do processo social, e o ser humano concebido como parte do processo natural, em constante e contínua interação. No que diz respeito ao ser humano, a dimensão física e material adquire valor e significado, pela sua inserção e presença na vida cotidiana da humanidade.

[...] pautando-se no entendimento de que **a cultura é resultado de seleções e encenações, em sempre renovadas construções**, perde o sentido

pressupor que existem culturas mais autênticas ou mais puras que outras, e que algumas sociedades possam ser definidas como “aculturadas”, enquanto outras são consideradas “autóctones”. O que há, segundo essa perspectiva que estou assumindo⁴, são **diferentes operações de construções, combinações e resultados, que estão continuamente se modificando** [...]. Ainda assim, **nas tramas discursivas relacionadas à educação ambiental, as transformações culturais são geralmente consideradas perdas**. Ao sofrê-las, as culturas estariam descaracterizando-se ao perderem seus atributos “originais” (SAMPAIO, 2005; p.120; grifos nossos).

Conforme Martinez (2006, p. 21), “o ambiente é, necessariamente, uma construção social. Uma natureza com face humana”. O ambiente se projeta como possibilidade para a compreensão das sociedades. Não como pano de fundo, mas como fruto de uma totalidade das relações entre humanidade e natureza no tempo, caso da história ambiental. Desta forma, as “problemáticas ambientais trazem embutidas, ainda, projetos de ação educativa e para o ensino de História, ambos requeridos para a Educação Ambiental” (MARTINEZ, 2006, p. 23).

[...] de qualquer modo, **problemas ideológicos e metodológicos surgirão nesta tentativa de diálogo**, pois a recusa de separação conduz a **impasses epistemológicos frequente, baseados em julgamentos de valores ideologicamente distintos**, uma vez que o discurso científico nunca é neutro: tal recusa é puramente arbitrária e, portanto preconcebida. Parece-nos que **a crescente observação, tanto da dimensão cultural sob um ângulo ‘naturalista’, quanto da dimensão biológica sob um ângulo antropocêntrico, tem nos levado a descobrir o papel complementar de cada fator, evitando posições redutoras** (sem dúvida, tensões fundantes dos programas estudados) (ROCHA, sd; p. 11; grifos nossos).

Uma outra abordagem da historiografia, que nos possibilita instigar e efetivar algumas variantes aproximativas entre a *História Ambiental* e a *Educação Ambiental* é aquela envolvida na discussão acerca da “patrimonialização” do meio ambiente.

[...] em 1972, a Conferência Geral [da UNESCO] adotou a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural” [...]. Por que uma convenção internacional? Porque, e o preâmbulo parte desta constatação, **o patrimônio universal está cada vez mais ameaçado de destruição**, “não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também **pela evolução da vida social e econômica que as agrava, por meio de fenômenos de alteração ou destruição ainda mais terríveis**”. Esses considerandos levam também a introduzir uma nova noção: a da proteção. Ela é **incumbência de toda a coletividade internacional e deve dotar “o patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional”** (HARTOG, 2014; p. 238-239; grifos nossos).

⁴ A autora refere-se, neste aspecto, à linha de argumentação proposta por CANCLINI, 1997-1999.

Neste sentido, devem ser problematizados os conceitos adotados e os critérios de inclusão nestas duas categorias, lembrando que tais preocupações da UNESCO se referem à “preservação” do patrimônio cultural e natural mundial.

[...] hoje, a UNESCO gostaria de unir a consideração da diversidade cultural, a preocupação da biodiversidade e os esforços para um desenvolvimento sustentável (MATSUURA, 2012). O que reúne esses três conceitos e esses três objetivos é a preocupação ou o imperativo da proteção, ou melhor, as preservação. **Trata-se de proteger o presente, ou de preservar o futuro? A resposta: os dois, evidentemente** (HARTOG, 2014; p. 240; grifos nossos).

Tais propósitos da UNESCO, expressão de forma politicamente correta, incorporam contradições e inconsistências, porque ainda remetem ao arquétipo do “coleccionador-classificador” de curiosidades, que vem perpassando as concepções e a atuação dos profissionais de grande parte dos campos do conhecimento, visando *in extremis* o “congelamento”, em uma cápsula do tempo, de amostras “representativas” de seres, espaços e produções humanas, da atuação (originalmente) dos processos naturais de degradação, acrescidos e magnificados (mais recentemente) pela irresponsabilidade humana.

Embora necessárias e meritorias (na visão “museológica”), estas interferências em prol do patrimônio cultural e natural são, essencialmente, *conservativas* tecnicamente (e *conservadoras* ideologicamente), por sua abstenção à crítica propositiva, direcionada aos processos desencadeadores – e os agentes causadores – desta degradação do patrimônio universal. Ideologicamente (e financeiramente) dependente dos aportes das nações “mais desenvolvidas”, a instituição mantém sua aderência ao mito do *Desenvolvimento Sustentável*, que já se reconheceu como uma falácia discursiva, para assegurar a lucratividade do aparato industrial transnacional.

[...] a patrimonialização do meio ambiente, que designa a extensão provavelmente mais concreta e mais nova da noção, abre incontestavelmente para o futuro, ou para novas interações entre presente e futuro. Será que não saímos então apenas do círculo do presente, já que a preocupação do futuro se apresenta, de fato, como a razão de ser deste fenômeno? Salvo que **esse futuro não é mais promessa ou “princípio de esperança”, mas ameaça**. Tal é a reviravolta. **Uma ameaça que lançamos, e da qual devemos nos reconhecer hoje**, na falta do ontem, já, **como os responsáveis**. Assim, interrogar o patrimônio e seus regimes de temporalidade, do passado ao futuro, mas um futuro que não está mais

disponível para ser conquistado ou trazido à tona, sem hesitar em brutalizar o presente, se for preciso (HARTOG, 2014; p. 245; grifos nossos).

Também é necessário ressaltar que é algo muito discutível – eticamente – a concentração maciça de esforços (diplomáticos, tecnológicos e financeiros) na “preservação” de tais vestígios reliquiais culturais e naturais (similarmente aos “Monumentos”, *sensu* LE GOFF, 1996), se – concomitantemente – não forem também empregados todos os esforços na conservação e recuperação das condições de pleno desenvolvimento da multidiversidade de ambientes e culturas, presente e constantemente ameaçadas pela degradação e destruição, induzida pelo modelo econômico hegemônico do consumismo desenfreado, catalisado por sua obscena e insustentável estratégia de *obsolescência programada*.

Tal concepção, entretanto, significa reconhecer e incorporar uma série de desafios:

[...] **se a interdisciplinaridade se encontra ainda longe de se materializar** em extensas propostas curriculares que transformem o positivismo imperante na organização do conhecimento escolar (fora os casos excepcionais que por isso mesmo são excepcionais), **a complexidade é vislumbrada apenas como um horizonte de possibilidade** para se construir novos territórios do pensamento e da ação crítica, **não só do ambiental como de todas as esferas do conhecimento** (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2005; pp: 132; grifos nossos).

Considerações Finais

A partir dessas reflexões, concebemos a Educação Ambiental como um campo de diálogos e embates, saberes e práticas, princípios e valores, que remetem a um projeto de educação, o qual visa à transformação nos níveis econômico, político, cultural, social e educativo, visando construir uma sociedade com os seguintes pilares: desenvolvimento econômico solidário, justiça social e equitativa, preservação e conservação do patrimônio histórico-ambiental e espiritualização das representações humanas acerca da concepção de natureza.

Dentro dessa diretriz, as práticas educativas resultantes da Educação Ambiental aqui relatada priorizam a abordagem dos aspectos socioculturais e político-econômicos, inerentes à questão ambiental, buscando o desenvolvimento de uma consciência crítica, comprometida com um projeto de transformação e emancipação das sociedades humanas, suplantando o atual modo de vida.

Referências

- ARRUDA, Gilmar. Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/8061> . Acesso em: 12 jun. 2023.
- CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização** (Tradução: Maurício S. Dias, Javier Rapp). Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 1999.
- CANCLINI, Néstor G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade** (Tradução: Ana Regina L.; Heloísa P. Cintrão). São Paulo, SP: Ed. USP, 1997.
- CARRUTHERS, Jane. Recapturar a Justiça e a Paixão em História Ambiental: Um Caminho Futuro (pp: 71-73). In: COULTER, Kimberly; MAUCH, Christof (Eds.). **O Futuro da História Ambiental: necessidades e oportunidades**. RCC Perspectives [Rachel Carson Center], 2011 – 3. Disponível em: <https://www.environmentandsociety.org/perspectives/2011/3/o-futuro-da-historia-ambiental-necessidades-e-oportunidades>
- DRUMMOND, José Augusto. Por que Estudar a história ambiental do Brasil? – **Ensaio Temático. Varia História**, nº 26, Janeiro, 2002.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), vol. 4, nº 8, 1991. p. 177-197
- GERHART, Marcos; NODARI, Eunice Sueli. Aproximações entre História Ambiental, Ensino de História e Educação Ambiental. In: BARROS, Vera Lúcia Maciel (et. al.). **Ensino de História: Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre, RS: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.
- GONZÁLEZ-GAUDIANO, Edgar. Interdisciplinaridade e Educação Ambiental: explorando novos territórios epistêmicos (Cap. 07; pp: 120-135). [Tradução: Ernani Rosa]. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura (Orgs.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.
- HARTOG, François. O Tempo do Meio Ambiente. In: **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução: Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Soares, Maria Cristina de Alencar Silva, Maria Helena Martins. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2014.
- HUBERT, Bruno. Trabajar su historia de vida a través de los escritos escolares: un acercamiento antro-po-fenomenológico de la relación al saber. **Cuestiones Pedagógicas** (Universidad de Sevilla), 20; 2009/2010.
- LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental na América Latina. **ESBOÇOS – PPG**. História da UFSC (Florianópolis), nº 13, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. (4.ed.). Campinas, SP: Unicamp, 1996.

Le Roy Ladurie Emmanuel. L'histoire immobile. In: **Annales. Economies, sociétés, civilisations**. 29^e année, N. 3, 1974. pp. 673- 692; Disponível em:
https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1974_num_29_3_293501

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. História Ambiental: uma demanda contemporânea. **Cad. Pesq. Cdhis** (Uberlândia), v.23, n.2; jul.-dez./2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 2^a. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O Movimento Ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política** 2^a ed. Rio de Janeiro, RJ: Quartet, 2006.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

MATSUURA, Koichiro. **Éloge du Patrimoine Culturel Immtériel**. Le Monde, 11 sept. 2002.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da História Ambiental**. **Estudos Avançados**, 24 (68), pp: 81-101, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. Da Proteção à Natureza ao Desenvolvimento Sustentável: A Defesa Ambiental no Rio Grande do Sul. **Tempos Históricos**. Volume 15. 2^o semestre, 2011. p. 117-153

PRADO, Daniel Porciúncula. Por uma eco-história a partir do ambiente do Rio Grande do Sul. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Sociedade e Cultura no Rio Grande do Sul: ensaios históricos**. Rio Grande, RS: FURG, 2005.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

ROCHA, Paulo Ernesto Diaz. **Ambientalismo, Ecologia, Educação Ambiental e Universidade: o árduo mas possível caminho da institucionalização da interdisciplinaridade ambiental no Brasil**. sd (30 p). Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Biologia/Artigos/ambientalismo.pdf

RUSCHEINSKY, Aloísio. A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura (Orgs.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005 (228 p).

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini. **Notas sobre a “Fabricação” de Educadores(as) Ambientais: identidades sob rasuras e costuras.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Porto Alegre, RS: Faculdade de Educação, UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. Educação Ambiental e a Transversalidade na Formação de Professores: complexidade e desafios do mundo contemporâneo. **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.3, N.4, pp: 161-170, 2012.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** Tradução Hildegard Feist. São Paulo, SP: Cia. das letras, 1996.

SIRGADO, Angel Pino. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 71, pp: 45-78, Julho/2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/gHy6pH3qxxynJLHgFyn4hdH/abstract/?lang=pt>

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Imagens da natureza e da sociedade.** In: A inconstância da alma selvagem. São Paulo, SP: CosacNaify, 2002.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), vol. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

Submetido em: 30-07-2022

Publicado em: 15-04-2024